

Uelma Maguito Federal
C GLOBO 25 NOV 2004

Senado estuda restrição a capital externo

Limite seria de 30% de participação em todo setor de comunicação

Mônica Tavares

• BRASÍLIA e RIO. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve começar ainda este mês a análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que restringe a participação do capital externo em todas as empresas que explorem produção, programação e provimento de conteúdo. Na prática, isso vai significar que empresas de telefonia e provedores de internet poderão ter no máximo 30% de seu capital nas mãos de estrangeiros.

A PEC, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), dá nova redação ao artigo 222 da Constituição. Foram excluídas da exigência para formação de capital nacional as agências de publicidade e as empresas dedicadas exclusivamente à produção de comerciais. O relator da matéria na CCJ foi escolhido no último dia 17 e será o senador Tião Viana (PT-AC).

— Não estamos inovando, apenas adaptando a Constituição às novas plataformas. A comunicação via satélite, cabo e microondas não estava prevista. O objetivo é que o país possa conservar a sua identidade cultural. É questão de soberania — disse Vilela.

Proposta será analisada pela Comissão de Educação

Na exposição de motivos, Vilela defende a aplicação às “novas plataformas tecnológicas dos mesmos princípios e regras que valem para as empresas de radiodifusão”. Ele entende ainda que outras empresas têm que se submeter ao regime jurídico brasileiro. Para isso, elas terão prazo de dois anos para se enquadrarem. O senador afirmou ainda que as empresas de telecomunicações, se não estiverem na área de mídia, não precisarão modificar sua composição acionária.

Vilela acredita que a PEC deverá ser analisada rapidamente pelo Senado. Ele disse que para apresentar uma emenda são necessárias 27 assinaturas de senadores, e ele conseguiu em meia hora 37 assinaturas de parlamentares de todos os partidos. Segundo Vilela, ainda este ano Viana vai apresentar seu parecer, que deverá ser favorável. Depois, a proposta será analisada pela Comissão de Educação.

O presidente da Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix), José Pauletti, afirmou ontem que a entidade ainda não tem uma posição sobre o tema, mas adiantou que acha improvável que a proposta seja aprovada:

— A Abrafix discutirá a emenda nos próximos dias com suas associadas. Acredito, porém, que a aprovação da proposta seria um retrocesso para o setor de telecomunicações, que já está passando por um momento difícil. ■

COLABOROU Mirelle de França